

Missão de Paz brasileira no Haiti

Gustavo Barros de Carvalho

O Brasil integra missões de paz das Nações unidas desde 1956, quando participaram cerca de 6.000 homens (em um período de dez anos) em Suez. Ao longo dos anos seguintes, o Brasil participou de forma tímida em missões de paz, com o envio de poucos homens. Essa tendência se modifica neste ano quando o Brasil anunciou que iria enviar cerca de 1200 homens ao Haiti com o objetivo de garantir a segurança do governo provisório que foi instaurado após a queda de Jean-Bertrand Aristide. As tropas brasileiras substituirão as americanas no comando da missão de paz da ONU no Haiti.

O envio de um contingente tão expressivo para o Haiti é uma demonstração da política externa que o governo Lula busca promover desde sua eleição. A ênfase do governo em buscar dar ao Brasil uma maior expressão no cenário internacional, particularmente no que diz respeito à busca de um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas é um ponto chave desta questão. O país busca demonstrar que, ao liderar tal contingente, possui as condições necessárias para ocupar a posição desejada no Conselho.

A busca pelo assento, mais do que uma real demonstração real da posição brasileira no cenário internacional, é característica da ambição do país em ser reconhecido como potência, que remonta a pretensão brasileira ao assento permanente do Conselho executivo da Liga das Nações. Essa busca por “ornamentos” é recorrente na política externa brasileira, mas com o governo Lula essa característica ganha força.

Percebe-se que o governo brasileiro tem buscado consolidar uma posição brasileira de liderança, não somente em um contexto regional como também dos países em desenvolvimento. Atos como a participação brasileira na crise venezuelana, a criação do G-20, e mesmo a participação brasileira no Haiti, são exemplos de como o Brasil procura exercer esta liderança. O que se percebe, entretanto, que quando os assuntos estão fora de um âmbito regional o Brasil tem apresentado posturas apáticas, como o caso do Iraque, para citar um exemplo mais recente.

A condição de membro permanente do Conselho de Segurança requer a participação expressiva nas decisões políticas internacionais. A participação no órgão, aumenta sobremaneira os gastos deste país além de necessitar uma postura ativa em todos os tipos de questão. O Brasil não tem tradição na participação em missões de paz, como se viu acima, e muito dificilmente se aceitará os gastos necessários para que isso ocorra constantemente. Vale lembrar que caso ocorra perdas humanas nessas missões a opinião pública interna tenderá a se voltar contra a uma participação ativa neste tipo de ação.

Percebe-se, portanto, que falta ao Brasil capacidade de possuir um papel mais decisivo nas decisões políticas regionais. Caso o Brasil logre o assento permanente no Conselho acabaria trazendo maiores pesos do que o país pode sustentar e não demonstraria apropriadamente a distribuição das capacidades no contexto internacional.